



REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Dos Srs. Onyx Lorenzoni e Efraim Filho)

Solicita que seja realizada uma acareação entre o Sr. **PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO**, CPF 987.145.708-15, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobrás, e o Sr. **JOÃO VACCARI NETO**, CPF 007.005.398-75, Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 58, § 3º, da Constituição Federal, 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada uma acareação entre o **Sr. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO, CPF 987.145.708-15**, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobrás, e o **Sr. JOÃO VACCARI NETO, CPF 007.005.398-75**, Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, para prestarem depoimento nesta “*CPI criada com a finalidade de investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África.*”



JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras figura como um dos principais elementos na investigação conhecida como “Lava-Jato”, em curso na Justiça Federal do estado do Paraná, que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)”

As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros



do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”¹

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Em relação ao Sr. Pedro Barusco, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobras e subordinado do ex-Diretor Renato Duque, a imprensa noticiou ter ele aceitado a proposta de delação premiada e concordado em devolver mais de U\$ 100 milhões aos cofres públicos.

Ademais, em seus depoimentos, o ex-gerente da Petrobras teria afirmado que existia dentro da Petrobras um grande esquema de desvio de recursos, em que o PT teria arrecadado cerca de US\$ 200 milhões ilicitamente. Reportagem da veja.com detalha o esquema de corrupção na estatal:

¹ <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



“O ex-gerente de Serviços da Petrobras, Pedro Barusco, afirmou à Justiça, em acordo de delação premiada, que o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, recebeu de 150 milhões a 200 milhões de dólares em propina de 2003 a 2013, por meio de desvios e fraudes em contratos com a Petrobras. As revelações de Barusco colocam mais uma vez o caixa do PT no centro do escândalo do petróleo. Vaccari foi levado para a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo onde prestou esclarecimentos sobre a arrecadação de recursos para a legenda e foi liberado em seguida.

Ainda que tenha negado irregularidade no sistema de arrecadação de campanhas do PT, Vaccari agora é confrontado pela primeira vez com as informações do delator Pedro Barusco, que concordou em colaborar com a Justiça em troca de reduções de pena. Após firmar o acordo de delação, o ex-gerente confirmou, por exemplo, que iria devolver aos cofres públicos impressionantes 97 milhões de dólares recolhidos a partir do megasquema de cobrança de propina na Petrobras.

“João Vaccari Neto representava o PT na divisão de propinas pagas no âmbito da diretoria de Serviços, nos contratos que ela executava para as diretorias de Abastecimento, Gás e Energia, Exploração e Produção e na própria diretoria de Serviços”, relatou.

Em seu depoimento, o ex-gerente não soube detalhar se o tesoureiro petista recebia a propina em dinheiro ou em transferências no exterior.

Enquanto as projeções de Barusco apontam que o tesoureiro do PT embolsou até 200 milhões de dólares em nome do partido, no mesmo período o delator recebeu 50 milhões de dólares em dinheiro sujo. Em apenas um contrato de sondas de perfuração de águas profundas para exploração do Pré-sal, Vaccari, em nome do PT, recebeu 4,5 milhões de dólares em propina.



CAMARA DOS DEPUTADOS

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável à acareação entre o Sr. PEDRO BARUSCO e o Sr. JOÃO VACCARI NETO nesta CPI, como forma de ouvirmos suas versões dos fatos, avaliar as provas que porventura eles pretendam apresentar, de forma a lhes assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO
DEM/PB**